

PERFIL DO ALUNO/PROFESSOR E O DESAFIO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

*Derivalda Silva Lopes Ozório¹
Prof. Me. Lizandro Poletto²*

RESUMO: Este artigo tem como objetivo tratar sobre a evasão escolar, analisando suas causas e consequências, além de propor novos rumos a serem trilhados. Aos poucos, a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem ocupando espaço no cenário nacional e tem saído da marginalidade da escola para se apresentar como um campo de atuação bastante rico, onde alunos e professores são sujeitos ativos na criação e desenvolvimento de todo o processo de ensino e aprendizagem. É papel primordial da EJA discutir-se e reinventar-se para a aproximação de seus sujeitos em relação à volta de sua escolarização. Nesse sentido, é fundamental a criação de mecanismos específicos para este público. É necessário que haja mudanças que considerem a especificidade do aluno da EJA, a fim de que ele se adapte ao currículo. Para tanto, deve-se colocá-lo dentro da realidade de maneira que esta fomente a participação e a continuidade do aluno. A metodologia adotada para a realização do trabalho foi a de pesquisa bibliográfica, com auxílio teórico, principalmente, dos seguintes autores: Carvalho (2010), Gadotti (1979), Gadotti (2001), Gadotti (2008), Soeck (2010).

PALAVRAS-CHAVE: Evasão Escolar. Didática. Currículo. Inclusão. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

As razões da escolha do tema em questão partiram da ideia de melhoramento da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estudos sobre esse assunto, realizados por diversos autores, demonstram que é necessária a utilização de mecanismos que incentivem a permanência dos estudantes da EJA nos campos escolares. Isso porque este tipo de educação possui um público diferenciado, com necessidades específicas. Diante dos interesses dos professores e alunos em buscar conhecimento e aprendizagem, a pesquisa aborda a busca de melhorias relacionadas à concretude destes elementos.

¹ Formanda do 8º período matutino do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser, no semestre letivo 2018/1.

² Pedagogo (ULBRA-RG), Filósofo (FBB-BA), Teólogo (PUC-PR), Historiador (FAN-GO), Administrador (FAN-GO). Mestre em História pela UFPR. Doutorando em Ciências da Religião (PUC-GO). Professor do Instituto Superior e Educação (ISE) da Faculdade Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia, GO.

Nesse sentido, o presente estudo tem os seguintes objetivos: analisar as necessidades do aluno da EJA; propor soluções que visem a sua permanência na sala de aula; e apresentar propostas que levarão melhorias à atuação do profissional da educação. É necessário que o professor compreenda os anseios dos alunos, visando à permanência e o interesse nos estudos e no espaço escolar. Dessa maneira, este artigo defende que o professor que deseja atuar na EJA deve conhecer cada componente presente no cotidiano dos alunos.

O alvo da presente pesquisa é relevante pois busca trabalhar a erradicação do analfabetismo no Brasil, levando a educação a todos que necessitam dela. Assim, considera-se a importância do desenvolvimento educacional junto à sociedade e a sua preparação para a inserção no mercado de trabalho. Para que isso aconteça, são necessárias políticas educacionais que busquem ampliar os saberes do aluno e do professor da EJA sobre a importância da permanência e da adequação do professor na sala de aula. Portanto, é preciso que haja mais empenho na educação para, então, sanar esse déficit educacional.

Por esse ângulo, as contribuições deste projeto de pesquisa para a educação são: buscar a igualdade social; mostrar a importância e a contribuição que cada indivíduo tem na sociedade; integrar os que vivem à margem da leitura da palavra ao meio social; e auxiliar a prática docente. Para que isso se concretize, é fundamental enxergar as contribuições que cada ser possui em seu convívio, pois a partir daí há a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, é essencial que se conheçam as necessidades e dificuldades do público da pesquisa para que então se façam valer seus direitos.

A metodologia utilizada será a de pesquisa bibliográfica, focalizando a análise das ideias dos seguintes teóricos: Carvalho (2010), Gadotti (1979), Gadotti (2001), Gadotti (2008) e Soeck (2010). As ideias centrais destes autores serão selecionadas e argumentadas por meio da elaboração de citações, na perspectiva referente ao universo da EJA no processo da inclusão do educando e da valorização do professor.

O conhecimento que cada jovem e adulto traz para a sala de aula deve constituir uma pauta a ser agregada ao currículo escolar. Este saber produzido por eles é o ponto de partida para a construção de novos conhecimentos, devendo, assim, ser reconhecido pelo professor. A partir desta constatação, o docente poderá mediar uma nova concepção que leve seus alunos a crescerem e enfrentarem as dificuldades que se colocaram em seus caminhos. Essa mediação deve se

manifestar tanto na vida profissional desses jovens e adultos (na busca de qualificação), quanto fazendo com que eles compreendam melhor o mundo que lhes cercam, para que possam desenvolver autonomia e transformar também a realidade dos seus pares.

Para que esclarecer essas questões, é importante que se cogite também a atuação dos professores da EJA e como estes encaram a situação de abandono escolar por parte dos alunos. Assim, cabe ao pesquisador apresentar um olhar mais reflexivo sobre o processo.

1. A EJA NO DECORRER DA HISTÓRIA

A história da EJA no Brasil ainda é bastante recente, embora ela venha se desenvolvendo desde o período colonial. A alfabetização é um aporte para o caminho da liberdade de expressão do indivíduo em seu integral desenvolvimento, e não apenas um processo que leva ao aprendizado das habilidades de leitura, entre outras coisas.

Diante de todo o procedimento de alfabetização, surgiram dúvidas e conceitos que consolidaram com o passar do tempo, sobretudo no interior da discussão sobre alfabetização e letramento, em especial – na educação de jovens e adultos. Assim, alfabetizar é desenvolver condições aos jovens e adultos para que eles tenham acesso ao universo da escrita, capacitando-os não apenas para a leitura e escrita, como também para compreenderem a sociedade.

Segundo Marlene Carvalho (2010, p. 17), a preocupação do Brasil em relação à alfabetização dos adultos iniciou-se na década de 1920, já que mais da metade da população era analfabeta. Nesse sentido, em 1928, criaram os chamados “cursos populares noturnos”, onde se ministravam noções de higiene e elementos da cultura geral. Com o desenvolvimento histórico, outros sistemas de ensino foram criados, o que ocasionou uma queda sensível no índice de analfabetismo entre adultos. Entretanto, foi somente em 1947 que se iniciaram os cursos da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. Esse projeto foi idealizado por Lourenço Filho, inspirado no método de Laubach.

Em 1950 materializou-se uma visão pedagógica inovadora sob a regência de Paulo Freire, que dava protagonismo ao conhecimento de mundo: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (SOEK, 2010, p. 21). O MEB (Movimento de

Educação de Base); a CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil); o MCP (Movimento de Cultura Popular); a CEPLAR (Campanha de Educação Popular); e o “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, da Prefeitura de Natal, são movimentos que mantinham essa visão pedagógica, cuja concentração se encontrava na região nordeste do país, apesar de terem atuado em todo o Brasil. Porém, com o golpe militar de 1964, os movimentos de alfabetização foram proibidos, e, no lugar, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Este movimento foi criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e tinha como meta o controle da população e a redução urgente dos números exorbitantes de analfabetos do Brasil. No entanto, ainda que alfabetizadas, as camadas populares não teriam direito de requerer sua participação como cidadãos sociais conscientes, uma vez que esta educação era ofertada por um governo de regime militar autoritário. O MOBRAL agrupava alfabetizadores sem muita exigência, não possuindo uma preocupação com a formação dos professores envolvidos. Assim, o único requisito para ministrar as aulas de alfabetização era saber ler e escrever, podendo logo atuar como docente. Segundo Galvão e Soares, o MOBRAL conclamava à população a fazer sua parte: “você também é responsável, então me ensine ver, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber” (GALVÃO; SOARES, 2004, p. 45).

No fim da etapa da existência do MOBRAL, houve inúmeras denúncias para a verificação da aplicação e do destino dos recursos financeiros, além da propagação dos falsos índices de redução do analfabetismo. Em 1967, e em seguida, dentro deste método, em 1971, criou-se o Ensino Supletivo, que assim como diz Soek (2010, p. 23), foi “o evento de maior realce para a reinserção escolar daqueles que não tiveram oportunidade de estudar na época certa”. No entanto, todo esse movimento suscitou críticas negativas, visto que o MOBRAL não tinha em seu cerne o diálogo como prioridade, tão pouco se preocupava com a realidade dos alunos, mas apenas valorizava lições preestabelecidas, como lembra Soek (2010, p. 17).

Com a finalização do MOBRAL em 1985, foram criados outros programas de alfabetização para substituí-lo, como a Fundação Educar, que era ligada direta e especificamente ao Ministério da Educação. Esta tinha o papel de supervisionar e acompanhar, junto às instituições e secretarias, o investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser oferecida e

garantida pelo Estado. Contudo, em 1990, no Governo Collor, a Fundação Educar foi extinta, criando uma enorme lacuna neste lugar. A partir deste período, se deu a total ausência do governo federal nos projetos de promoção da alfabetização. Os municípios passaram a assumir a função de promover a educação de jovens e adultos. Já em 1996, houve a criação do PAS (Programa Alfabetização Solidária), que, via de regra, acrescentou novas variáveis na educação, com uma pedagogia e recursos mais adequados. Soek (2010, p. 21) alerta que “a Educação de Jovens e Adultos emerge de um movimento de luta, desafios e conquistas da educação escolar”.

Assim como apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, pela Lei 9394/96, a Educação de Jovens e Adultos alcançou adiantamentos importantes quando a Constituição Federal de 1988 firmou algumas diretrizes para a modalidade EJA, como é possível perceber na seguinte citação:

[...] garantia de educação básica, para os jovens e adultos das camadas populares; inserção orgânica da educação de jovens e adultos no sistema de ensino do país; a locação de dotação orçamentária para o desenvolvimento dos serviços educacionais para jovens e adultos no conjunto do sistema nacional de ensino; construção da identidade própria da educação de jovens e adultos; garantia de habilitação e profissionalização dos educadores de jovens e adultos; exercício da gestão democrática na educação de jovens e adultos (Fundação Educar, 1988, p.18-19).

Conforme Gadotti e Romão (2008), a EJA, no decorrer do seu processo histórico, apresenta-se como uma educação compensatória (GADOTTI; ROMÃO, 2001). Assim, ela é considerada um ensejo para transpor uma falha no processo educacional dos alunos incluídos nessa modalidade. Com o propósito de delimitar e conceituar, a área de atuação da EJA se enquadra na formação educacional de cidadãos que, por diversos motivos, não puderam exercer seu direito de vivenciar a experiência de estar na escola na idade adequada. Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos também deve preparar o professor para que este dê aos alunos um suporte necessário na mediação da descoberta de novos conhecimentos. O educador deve ajuda-los a atuar em sociedade, de maneira a reconhecer e vivenciar seus direitos; dentre eles, o direito à educação pública de qualidade, determinada por uma lei federal.

De acordo com a Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) no título V, Capítulo II, seção v, art.37, parágrafo 1º e 2º, a Educação de Jovens e adultos é direcionada às

peças que não frequentaram a escola na idade regular, e este ensino deverá ser gratuito (BRASIL, 1996). Dessa maneira, os beneficiados com essa lei buscam na educação as ferramentas para suplantam suas condições de trabalho e sobrevivência. Contudo, no Brasil, a EJA tem se mostrado cada vez mais um imperativo para a parcela da população não escolarizada. Estas pessoas procuram, através da educação e da qualificação profissional e pessoal, superar as mazelas sociais. Sendo assim, capaz de se desviar do processo de exclusão que a sociedade impõe.

É importante salientar que todos os programas e planos educacionais criados pelo governo nesta época, com o interesse de erradicar o analfabetismo no Brasil, eram feitos de forma completamente equivocada e beiravam o limite do ridículo e irrisório, uma vez que o foco era mostrar serviço e não transformar de fato a vida dos educandos. Em geral, esses planos não sobreviviam tempo o suficiente para surtir efeito na trajetória dos alunos, sendo abandonados e trocados por outro do mesmo nível de desorganização. Esses projetos não foram implantados por bondade ou consciência dos poderosos. Na verdade, existia uma grande pressão social para que se reduzissem os números de pessoas consideradas analfabetas neste país. Essa pressão vinha tanto dos movimentos populares nacionais, que se organizaram para criar campanhas, projetos e movimentos que fomentassem a educação; quanto de órgãos internacionais, como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que se envolveram nessa empreitada.

O público de alunos da EJA também é produtor de conhecimento. Por isso, espera-se um reconhecimento dessa produção no decorrer do currículo de sua formação, para que se tenha a realidade como ponto de partida e se consiga alcançar níveis mais elevados da formação humana e profissional. Isto levaria estes estudantes a terem maior compreensão de mundo, fazendo com que enfrentem dificuldades impostas pela vida, de forma a superar qualquer obstáculo futuro. Para isso, a Educação de Jovens e Adultos precisa estar preparada para munir seus sujeitos de aparelhos que deem suporte à vida profissional, integrando-os ao mercado de trabalho e oferecendo amparo para que sejam sujeitos autônomos e possam, a partir daí, transformar a realidade de todos que vivem em seu entorno.

Diante disso, pode-se ter uma ideia de como se desenrolou a implantação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A maioria dos aspectos sobre isso se

desvela para que seu público tenha uma formação de qualidade e possa, de fato, atuar como cidadão consciente e interessado no estudo. Nesse ideal, os motivos que ocasionam a evasão escolar nesta modalidade podem ser desestimulados e, quem sabe, algum dia, extintos.

Infelizmente o que se mostra hoje é um cenário não tão empolgante em termos de soluções à evasão escolar, pois o país ainda não consegue cumprir a tarefa de garantir uma educação de qualidade a todos os seus cidadãos, como é dito na Constituição Federal. Um número considerável de pessoas espalhadas de norte a sul do país, por diferentes motivos, ainda tem os seus direitos básicos cerceados; dentre eles, a educação.

A EJA é uma modalidade de ensino, voltada para todas as pessoas que por algum motivo não tiveram acesso a ela na idade apropriada. É um direito que deve ser oferecido gratuitamente, que é amparado pela legislação. Para que essa lei possa ser cumprida, o poder público deve garantir uma educação de qualidade a todos os cidadãos, e estimular o acesso e permanência desses jovens e adultos na sala de aula.

O art. 208 da Constituição Federal de 1988 (*caput* e incisos I, VI, VII), mencionado por Gadotti e Romão (2008), afirma:

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Isso implica na adequação do ensino oferecido ao cidadão, pois essa modalidade, em especial, recebe alunos das mais diversas origens, seja um jovem trabalhador ou um adulto desmotivado pelo cotidiano exaustivo. Por isso, cada escola se diferencia e o professor deve se flexibilizar, a fim de atendê-los humanamente.

Para o aluno, a educação necessita de um caráter acolhedor que articule ações no sentido de transformar suas vidas na esfera da formação do ser humano, respeitando suas subjetividades, suas histórias e suas trajetórias. Assim, este aluno pode se envolver no processo educacional de forma integral, participando dele

ativamente. Mudando a forma de agir, dando enfoque às inquietações dos alunos, o professor muda também o ambiente ao seu entorno. Enfim, o tempo e o contexto podem proporcionar melhores relações entre os sujeitos deste sistema.

Desta forma, a provável solução para a evasão escolar de estudantes da EJA seria a introdução da formação de profissionais. Deve-se pensar na possibilidade de participação de uma educação pautada na formação continuada, que sustente esses professores ao longo de toda sua carreira docente. Além disso, seria necessário reorganizar o sistema educacional, dando espaço ao ensino não formal, como complemento às lacunas toleradas pelo ensino formal.

2. O PERFIL DO ALUNO/PROFESSOR DA EJA

Após a adolescência o indivíduo, em geral, percebe a necessidade do conhecimento escolar e vai à sua busca. São inúmeras as causas da evasão do ensino na tenra idade. Uma delas é a necessidade de ingresso no mercado de trabalho para ajudar a família. Outra dificuldade é a distância das escolas, ou inexistência delas, nos locais onde residem. Desta forma, ainda hoje é comum que muitas escolas ofereçam a modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Para Gadotti (1979), um fator de extrema importância para o sucesso dos alunos é o perfil do professor da EJA, pois nessa modalidade de ensino a aprendizagem caminha de mãos dadas com a empatia, amizade, compreensão e solidariedade do educador. Os alunos da EJA sofrem preconceito, vergonha, críticas, são marginalizados e estas situações estão presentes tanto na família quanto na vida social. Desta forma, educar precisa ser um ato maior que transmitir o conteúdo de um livro didático. É necessário que se compreenda a vivência do aluno e a sua luta diária para que se alcance o crescimento humano, como também o êxito profissional e, em especial, a satisfação pessoal.

No entanto, esta não é uma das tarefas mais fáceis de se desempenhar. O perfil do corpo discente do EJA é extremamente heterogêneo. É possível encontrar adolescentes de 18 anos que estão em busca de compensar o tempo perdido e buscar uma colocação no mercado de trabalho, ou jovens adultos e idosos com o simples desejo de aprender a ler e escrever.

O preconceito e a exclusão social, por não saber decodificar os signos da nossa língua, a algumas décadas, era o estigma que carregava as pessoas que geralmente procuravam a Educação de Jovens e Adultos. Muitas vezes, essas pessoas, já idosas, de áreas isoladas, buscavam o reconhecimento social que lhes fora negado na juventude por não terem conseguido dar seguimento aos estudos na idade apropriada.

Em geral, essas pessoas eram (e são) tidas como incapazes por não possuírem a devida qualificação de decifrar os códigos da escrita e da leitura. Isso as levam a sofrer inúmeros preconceitos, tendo os seus conhecimentos menosprezados e/ou diminuídos diante do conhecimento científico apresentado na escola. Por isso é tão importante que esses sujeitos retornem aos bancos escolares: para terem consciência da sua importância dentro das relações sociais que lhe cercam. E, assim, fazendo com que, a partir de novos conhecimentos, possam validar os conhecimentos que já carregam, tornando-se sujeitos atuantes social e historicamente.

As realidades de cada aluno são distintas, pois cada um vive num mundo de trabalho, grupos e famílias diferentes. São responsabilidades tanto sociais quanto familiares, com valores éticos e morais criados a partir de cada experiência pessoal, da realidade sociocultural em que estão fincados e do lugar onde vivem.

É sabido que, ao longo da história, a mulher foi impedida de estudar, buscar conhecimento e evoluir socialmente. Na EJA, a mulher que vive neste século continua com papel de destaque, pois ainda lhe é negado este direito. Seja por uma questão de acesso, seja por questões familiares, a mulher tem muito mais dificuldade de exercer seu direito à educação. A gravidez na adolescência é um dos fatores que levam a mulher a descontinuar seus estudos, uma vez que é muito comum que as meninas abandonem as salas de aula para cuidarem de seus bebês, o que, em geral, não acontece com o pai da criança.

Ter que trabalhar para prover as necessidades desse novo filho também está entre as causas da ausência desta aluna na escola. Seguindo esta linha, temos ainda a vergonha de ser mãe em uma fase tão inicial da vida, o que muitas vezes confere à mulher uma imagem de desinformada e descuidada perante à sociedade. No entanto, na verdade, se sabe que os fatores que geram a gravidez na adolescência estão mais relacionados às questões sociais de maneira profunda, em vez,

meramente, da falta de informação. Diante desses e de vários outros fatores, resta a essa mulher se evadir da escola.

As experiências do dia-a-dia, o corriqueiro, o senso comum, o saber das ruas e o desafio para afrontar os problemas cotidianos vão de encontro ao conhecimento transmitido pela escola. A vivência do educando é um tipo de conhecimento elaborado, porém ainda não sistematizado. Ocorre que este não possui a valoração imperiosa no mundo letrado, e quase nunca se percebe sua importância, nem mesmo pelo próprio aluno. Assim, o papel docente é ainda mais desafiador, no sentido de empoderar os sujeitos que figuram na outra ponta deste dilema.

Esta situação traz uma carga de imensa responsabilidade ao professor, uma vez que a educação se apresenta como um aparelho indispensável para a formação de um novo ser humano e profissional. Esse processo se dá através da socialização e integração das diferenças, sendo plausível que se desmistifiquem os choques culturais e sociais inerentes à nossa sociedade. Neste contexto, a população passa a buscar incessantemente condições de acesso e permanência à escola e à educação de qualidade, na busca de uma formação que contemple suas necessidades e aspirações.

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos (GADOTTI; ROMÃO, 2001, p. 31).

Gadotti (1979) afirma que não se pode conferir à escola a garantia de melhorias nas condições gerais e de qualidade de vida, pois a escola apenas constrói o saber. Ela não distribui o poder. O papel da escola incide em alocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de forma crítica, porque a pobreza política produz pobreza econômica.

Partindo do princípio de uma educação emancipadora, e tendo consciência de que o aluno, neste cenário, figura como um ser menos favorecido na capacidade de criar meios de superar as diferenças, é que o professor se apresenta como maior mediador entre esses estudantes e uma vida escolar e social com participação e respeito. Este professor tem sua importância ressaltada no momento onde as suas especificidades são reconhecidas e, a partir daí, são lhes dados subsídios para

melhor trabalhar nesta modalidade de ensino. No entanto, esta situação quase nunca se mostra real. Os professores da EJA, em sua maioria, trabalham em condições de desprezo, sem o suporte necessário para atender seu público, sem um trabalho constante de ressignificação de seus métodos e sem o devido reconhecimento financeiro. Ser professor de jovens e adultos, na percepção da maioria, é um trabalho que se faz para aumentar a renda, para completar a carga horária. Assim, não há uma intencionalidade no sentido de uma preparação, uma formação continuada ou um empenho na tarefa. Acerca disso, pode-se trazer à luz desta discussão Haddad, que diz:

A Educação continuada é aquela que se realiza ao longo da vida, continuamente, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana e relaciona-se com a ideia de construção do ser. Abarca, por um lado, a aquisição de conhecimentos e aptidões e, de outro, atitudes e valores, implicando no aumento na capacidade de discernir e agir... Educação continuada implica repetição e imitação, mas também apropriação, ressignificação e criação (HADDAD, 2005, p. 191-192).

Deste modo, pode-se perceber que o professor da Educação de Jovens e Adultos, sem qualquer apoio ou suporte, é jogado nestas turmas sem o devido preparo. Não apenas a formação do corpo docente da EJA deixa a desejar em relação ao incentivo que deveria receber das autoridades competentes. Se forem feitas pesquisas sobre o assunto, logo se descobrirá que o material destinado a este público não tem um enfoque específico, tampouco passa pela seleção criteriosa do material didático da rede regular de ensino. Sobra-lhes, então, o resto: aquilo que não foi utilizado antes na escola, o material que foi possível. Os professores, por sua vez, precisam fazer malabarismos para adaptar tal material em suas aulas.

Contudo, como já se sabe, o público da educação de jovens e adultos é extremamente heterogêneo e diversificado em sua faixa etária, social, cultural e econômica. Essas pessoas trazem, em suas bagagens de vida, trajetórias muito diversas que podem e devem contribuir para que a educação neste espaço seja de fato transformadora de realidades. Assim, é necessário que os professores encontrem suporte no sistema educacional. Este suporte deve se expressar em melhores condições de trabalho, com valorização profissional e remuneração digna, já que muitos dos professores da EJA recebem menos que um salário mínimo para ministrar suas aulas.

Com todos esses desafios, o professor tem se demonstrado um verdadeiro herói, pois atende ao desafio de incluir em suas práticas métodos, estratégias e processos em situações que tornem significativa a aprendizagem de seus alunos, fazendo com que este público se integre à sociedade e vivencie o currículo escolar.

3. EVASÃO ESCOLAR NA EJA

Ainda que esteja diante de uma grande oferta de possibilidades, a evasão escolar continua sendo um enorme desafio para os professores que precisam se desdobrar na tarefa de manter a permanência do aluno em sala de aula. São inúmeros os fatores que interferem na permanência escolar desses indivíduos. Professores sem uma qualificação adequada ao estudante da EJA têm contribuído cada vez mais para a exclusão social, em vez da formação educacional. Além disso, há uma sobrecarga de trabalho, carregada pela maioria dos professores.

É de conhecimento geral que a questão da evasão escolar afeta especialmente o público das zonas rurais, pois esta parcela da população se encontra distante dos centros urbanos, onde geralmente se encontram as escolas de ensino regular. Diante disso, esta população muitas vezes abandona a escola por falta de acesso. Não é fácil uma criança ter que caminhar horas a fio sob um sol escaldante para chegar a uma escola que não oferece o mínimo de estrutura. E assim se engrossam as estatísticas daqueles que futuramente procurarão a modalidade EJA.

Não existe um trabalho voltado para o público do campo, uma política que dê subsídios para que este homem aprenda e aplique os seus conhecimentos em sua região, valorizando também os saberes ali gerados, o que tornaria a escola um ambiente agradável. Se existissem essas condições, haveria a possibilidade de aperfeiçoamento de suas técnicas e isso poderia ser um dos fatores que evitariam que esse sujeito da evadisse da escola.

Conforme Gadotti e Romão (2008), a Educação de Jovens e Adultos necessita de uma atenção específica. Não é importante que o professor se preocupe apenas com a obtenção do domínio de ler, escrever e contar, mas que se construa um indivíduo com desempenho pessoal e coletivo que vise à constituição de uma sociedade mais igualitária, onde esses indivíduos possam ser cidadãos dignos e conscientes de seus direitos e deveres.

Sobre estas questões, Gadotti e Romão (2008, p.17) afirmam:

No mínimo, esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular.

Os autores colocam que, mesmo com todos esses dados técnicos, a evasão na EJA é um grave problema que necessita ser mais averiguado para que aflore nos profissionais a necessidade de reflexão cotidiana sobre a prática educativa destinada a esse público. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos deve estar para além da representação de números em estatísticas educacionais; ela tem o papel de conhecer/resgatar a história da comunidade para desenvolver, em consonância com os sujeitos, um conhecimento que supra as suas necessidades e incentive os alunos a permanecerem em sala de aula.

Há fatores decisivos e de extrema importância que estão diretamente ligados à permanência do aluno em sala de aula, como a formação dos profissionais da educação e as suas práticas pedagógicas. Estas precisam sofrer imensas transformações para que as pessoas se sintam estimuladas. O público da EJA, em especial o da zona rural, não pode (nem deve) continuar sofrendo com o desestímulo causado pela achincalhão promovida pelos poderosos da educação.

Políticas públicas de permanência precisam incentivar o aluno e valorizar o professor para que este se dedique plena e integralmente às suas atividades, tendo consciência do seu papel na formação do estudante. É claro que programas de ajuda financeira, tanto para os alunos quanto para os professores, são bem-vindas. No entanto, caso as providências que visem mudanças efetivas não sejam tomadas, essa ajuda não passará de uma manobra política. Infelizmente os integrantes das famílias mais pobres são aqueles que fazem crescer os números da evasão escolar, seja na educação regular, seja na EJA, e esta situação precisa ser urgentemente reparada.

Existem inúmeras dificuldades que podem ser apontadas como causas da evasão e fatores que interferem negativamente no processo do ensino-aprendizagem. Esses fatores atuam também na educação regular; no entanto, na EJA, eles são potencializados pela situação que se encontram os sujeitos desta modalidade. É notório que o público da educação de jovens e adultos seja

majoritariamente composto por pessoas que precisam trabalhar para prover seu sustento e o de sua família. Este elemento é um fator determinante do desestímulo da permanência deste público na escola, pois cansados de uma jornada diária de labor, a concentração nos conteúdos das aulas fica muito mais comprometida.

Por recorrência deste cansaço, é com frequência que, logo após a matrícula, nos primeiros dias de aula, haja a evasão. No entanto, não apenas a concentração e o acompanhamento dos conteúdos se mostram como vilões das aulas. As avaliações são também outro grande monstro que assombra o imaginário dos estudantes, pois o medo de serem reprovados, excluídos, taxados de insuficientes e sofrerem ainda mais preconceito, por consequência de suas notas, se torna real. Em geral, é no período das avaliações que ocorrem as maiores taxas de desistência, pois o aluno tem essa manobra como arma para se defender de uma situação humilhante que já tenha passara e que evita reviver.

Outro fator que pode explicar a evasão do aluno da EJA é que essas situações e esses medos gerados pelo cansaço e pela rotina, citados anteriormente, reforçam uma baixa autoestima deste estudante. Aliado a isso, temos um currículo que se faz distante da realidade do aluno, reforçando a ideia de que os seus conhecimentos são menores e, por isso, não merecem a devida atenção. Compreender a realidade do estudante e inseri-la no contexto da sala de aula pode ser um dos maiores trunfos dos professores na luta contra a evasão. Porém, a situação do professor também não é das mais empolgantes, uma vez que estes já se encontram desestimulados e despreparados para lidar com tantas questões. Isso posto, percebe-se que o rendimento fica aquém do suficiente, reforçando uma baixa na autoestima do aluno que, por não conseguir atingir os níveis medianos nos resultados avaliativos, se sente incapaz de superar esta barreira, preferindo dar continuidade apenas ao trabalho, pois este é o que garante de fato sua sobrevivência.

A partir da consciência de que, em geral, o público da Educação de Jovens e Adultos é composto por pessoas das classes menos favorecidas e que por diversos fatores este alunado busca na educação um passaporte para uma vida mais digna, ascensão profissional e social, é que os professores podem escolher trabalhar suas aulas no sentido de consolidar os conhecimentos já existentes. E é exatamente a partir desse conhecimento que se pode problematizar as questões mais complexas, pois, desta forma, utilizando estes saberes como ponte, o professor valoriza o

estudante e ajuda-o a compreender o mundo que lhe cerca e dá suporte para que este possa ser transformado.

É de suma importância que essa educação forneça as bases para que o aluno desenvolva uma ampla visão de mundo. No afã de se evitar que as turmas diminuam, que a falta de interesse aumente e a evasão cresça, é necessário o papel desenvolvido pelo educador que atua na EJA, que contribui na motivação e no incentivo desses alunos a permanecerem em sala.

A educação permite a compreensão da vida moderna em seus diferentes aspectos e o posicionamento crítico do indivíduo face à sua realidade. Deve, ainda, propiciar o acesso ao conhecimento socialmente produzido que é patrimônio da humanidade (GADOTTI; ROMÃO, 2008, p. 120).

Considerando todos os elementos apontados, faz-se urgente e necessário refletir a Educação de Jovens e Adultos, seus parâmetros e suas diretrizes, como também investir maciçamente na qualificação do corpo docente dos profissionais que atuam especificamente nesta área. É importante que, a partir do exercício de novas formas de interação, da constante transformação das antigas práticas e da proposta de abandonar processos antidemocráticos, a escola se reinvente para contribuir com uma sociedade justa e igualitária que tem em si um suporte que desenvolva cidadãos críticos de si e do mundo. Esta escola precisa ter em sua gestão pessoas comprometidas com a educação, a cultura e o desenvolvimento de toda a sua comunidade, para que assim ela possa dar suporte aos estudantes que são o motivo da sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos, no atual contexto, apresenta-se como uma solução para a parcela da população que não teve a oportunidade de concluir seus estudos na idade em que o sistema educacional determina como adequada. Este seria de fato o intuito de seus idealizadores: dar letramento a seus alunos e proporcionar uma qualificação profissional para que cada vez mais pessoas possam estar presentes no mercado de trabalho.

Com o passar dos anos, os professores e os estudiosos da área perceberam que apenas o letramento seria insuficiente. Também era necessário que se desenvolvesse um senso crítico nos estudantes da EJA, constituindo uma sensação de pertencimento social, muitas vezes esquecida devido às complicações que as barreiras sociais impunham a este aluno. Mas como desempenhar tal tarefa? Como superar a falta de estrutura, a falta de investimento na formação continuada do professor, e, acima de tudo, como agir para diminuir os níveis de evasão escolar?

No decorrer deste artigo ficou muito claro que estes alunos provêm das periferias, das zonas rurais, da cidade ribeirinhas, das áreas quilombolas e das cidades do interior. Estas pessoas têm acesso dificultado à escola, tanto por aspectos sociais quanto por históricos, devido à sua condição de estar longe do núcleo educacional. Na contemporaneidade não se pode dizer que a EJA é composta apenas por pessoas que querem aprender a ler. Muitas delas sabem ler, mas se configuram como analfabetos funcionais, ou seja, não têm a capacidade mínima de interpretação textual. Outras pessoas, ainda, por situações familiares, abandonaram a escola muito jovens para trabalhar e retornaram aos bancos das salas de aula para adquirir novos conhecimentos e prosseguirem na sua jornada por melhores condições. Encontramos também mães que querem apenas ter a capacidade de orientar os seus filhos nas atividades escolares.

Diante desse público extremamente heterogêneo, a postura do professor torna-se muito importante para o sucesso das turmas. No entanto, na maioria das vezes, esse mesmo professor que é visto como um salvador, que trará todo conhecimento e que poderá resolver todos esses problemas, também está perdido. O docente da Educação de Jovens e Adultos, em geral, ocupa esta função para cumprir carga horária. Ele não é bem remunerado, não tem incentivo do sistema educacional e não conta com um material didático apropriado para atender às demandas do seu público.

Com todos esses fatores desestimulantes, como, então, lidar com essa tarefa? É justo que se coloque nas costas dos professores grande parte da conta pela evasão escolar? E essa conta deve ser paga pelo aluno? Esses questionamentos surgem a partir da ótica de que a postura do professor é fator determinante para a presença ou ausência do aluno nas aulas.

Claro que um professor com uma postura assertiva, que valoriza os conhecimentos prévios de seus alunos e que traz a discussão temas de interesse e

da realidade de sua turma, tem maiores chances de estimular o desenvolvimento crítico, social e educacional desses indivíduos. No entanto é preciso que se cobre das autoridades competentes que lhes seja dado suporte.

Não é possível que, ao longo dos anos, os níveis de evasão escolar (na EJA ou na escola regular), continuem a se expandir, e que a sociedade não se enfureça com o descaso do sistema de ensino. Todos os sujeitos deste sistema devem agir em prol de uma ressignificação do procedimento que permeia a Educação de Jovens e Adultos.

De modo geral, os motivos que levam à evasão escolar na EJA já foram identificados. Até quando se farão diagnósticos que deixem de lado a busca por reais soluções? Sejam quais forem as soluções – a metodologia, os incentivos, os processos avaliativos, o incentivo ao uso dos conhecimentos prévios dos estudantes, os materiais utilizados ou a capacitação do quadro docente –, elas precisam ser colocadas em prática o quanto antes.

A Educação de Jovens e Adultos tem o propósito de auxiliar seus alunos a ultrapassarem os obstáculos, dando-lhes condições de uma efetiva participação na sociedade. Além disso, individualmente, os estudantes precisam edificar sua autoconfiança em sua capacidade de progredir intelectualmente, para que este sujeito possa agir de fato numa transformação positiva, promovendo uma real evolução do seu ambiente. Apenas a partir dessa ótica é que a existência da EJA tem sentido.

ABSTRACT: This article aims to deal with school evasion, knowing its causes, consequences and proposing new directions to be followed. Gradually, the youth and adult education trajectory has occupied space in the national scenario and has left the marginality of the school to present itself as a very rich field of action, where students and teachers are active subjects in the creation and development of all the process of teaching and learning. The methodology used to carry out the work was the Bibliographic Research, having as theoretical help the main authors: Carvalho (2010), Gadotti (1979), Gadotti (2001), Gadotti (2008), Soeck (2010). It is the primary role of the EJA to rediscover and reinvent itself in order to bring its subjects closer to school, so it is fundamental to create specific mechanisms for this public. Such changes lead one to realize that distinguishing the student from the EJA so that adapt the curriculum by placing it within reality in a way that encourages student participation and continuity.

KEYWORDS: School Evasion. Didactics. Curriculum. Inclusion. Learning.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, M. *Primeiras Letras: Alfabetização de Jovens e Adultos em espaços populares*. São Paulo: Ática, 2010.

GADOTTI, M. *Educação e ordem classista*. Rio de Janeiro: Cortez, 1979.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta*. 10. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

HADDAD, S. A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. In: MASAGÃO, V. (org.). *Educação de Jovens e Adultos - Novos leitores, novas leituras*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2005. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01.html>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

SOARES, L. J. G.; GALVÃO, A. M. O. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. *Alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOEK, A. M. *Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos*. Curitiba: Editora Fael, 2010.